



## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer**

**Processo Administrativo nº 2249/2026**

**Anexo nº 1804**

**Documento de Formalização da Demanda nº 3011**

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem, sendo esses destinados à promoção de campeonatos esportivos promovidos pelo Município de Marialva – PR, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, por meio de Pregão, em sua forma Eletrônica, a partir de MENOR PREÇO POR LOTE, obedecendo o preço máximo para o ITEM, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes:

Participação	Lote	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	107281 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, SENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) AUXILIARES (BANDEIRINHAS) E 01(UM) REPRESENTANTE NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTEBOL DE CAMPO.	SERV.	200	835,00	167.000,00
	Lote 1	2	101502 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DIÁRIA PARA 02 (DOIS) JOGOS SENDO 01 (UM) ÁRBITRO E (01) UM REPRESENTANTE NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTEBOL SUÍÇO.	DIÁRIA	500	575,80	287.900,00
	Lote 1	3	113651 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM FORMA DE DIÁRIA, NOS JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS NAS SEGUINTE MODALIDADES: FUTSAL, VOLEIBOL, FUTEBOL, HANDEBOL, BASQUETE E MODALIDADES INDIVIDUAIS. ( A DIÁRIA COMPREENDE A 01 ( UM) ÁRBITRO. NO PERÍODO DAS 8H AS 18H	DIÁRIA	200	371,67	74.334,00
	Lote 1	4	101507 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, DIÁRIA PARA ATÉ 03 (TRÊS) JOGOS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL.	DIÁRIA	600	417,81	250.686,00
	Lote 1	5	305875 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, DIÁRIA PARA ATÉ 03 (TRÊS) JOGOS, SENDO 01 (UM) REPRESENTANTE. NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL.	UNIDAD	300	138,76	41.628,00

### 2. DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual deverá obedecer o período de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado por igual período a partir de mútuo acordo entre as partes;

2.2. Em caso de prorrogação contratual o índice a ser utilizado para reajuste será o IPCA.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sumariamente, justifica-se a realização do presente procedimento licitatório em virtude dos campeonatos esportivos em diversas modalidades, os quais demandam pelos serviços de arbitragem.

3.2. Ainda, o quantitativo estimado para a contratação foi estipulado com base no real consumo de exercícios anteriores.

3.3. Em tempo, justifica-se a aglutinação de itens em Lote, visto que em determinados campeonatos e competições, promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, acumulam distintas



modalidades, onde dessa forma busca-se dirimir a discrepância na execução dos serviços, notadamente quando distintos prestadores irão tomar parte da composição de um mesmo evento; redução de custos para a contratação, face a economia em escala; e tornar-se agente facilitador no ato de prover a fiscalização contratual.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO SERVIÇO

4.1. A requerida contratação possui a finalidade expressa, em atender as demandas esportivas realizadas no município de Marialva – PR, atendendo dessa forma as atividades esportivas ao longo do exercício, promovendo assim o bem estar, saúde e lazer aos munícipes.

#### 5. GESTÃO – MATRIZ DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
Impugnação ao Edital	Baixa	Minuciosa análise dos itens exigidos em Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações exigidas em Lei para a contratação.	Providenciar o pronto saneamento do processo licitatório, de forma a permitir a execução do certame.	Departamento de Compras/Unidade Requisitante.
Licitação Deserta	Baixa	Analisar as exigências solicitadas para a contratação à luz da compatibilidade ao mercado. Dar ampla publicidade ao Edital.	Revisar o conteúdo exigido em Edital.	Departamento de Compras/Unidade Requisitante.
<b>Gestão de Contrato</b>				
Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
Aumento de Custos para a execução dos serviços.	Média	Prover a adequada precificação dos serviços a serem contratados.	Absorver os impactos financeiros.	Contratada.
Serviço prestado em desconformidade ao exigido em Edital.	Média	Efetuar comunicação com a Contratada, tendo por finalidade informar a devida forma da prestação do serviço.	Comunicar, tempestivamente, a Contratada acerca da regularização na execução do serviço. Dar início a processo administrativo para averiguação e apuração da responsabilidade. Aplicação de penalidades, após a devida apuração.	Fiscal de Contrato.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

##### 6.2. Obrigações das partes:

##### 6.2.1. Do Contratado

6.2.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

6.2.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do Contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

6.2.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do Contratante, facilitando a ampla ação desta, com



pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

6.2.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

6.2.1.5. Manter durante a execução do serviço, as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente procedimento licitatório.

6.2.1.6. Entregar o serviço em devidas condições, devendo promover a sua substituição, imediatamente, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

6.2.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência para a devida execução do serviço;

6.2.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para terceiros;

6.2.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera o Contratado de suas responsabilidades firmadas;

6.2.1.9. Arcar na íntegra com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante;

6.2.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

6.2.1.11. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;

6.2.1.12. Acatar as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando na íntegra os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

## **6.2.2. Da Contratante**

6.2.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratado, desde que relacionados ao serviço pactuado.

6.2.2.2. Exigir o cumprimento na íntegra das obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.2.2.3. Receber o objeto no prazo e condições pactuados.

6.2.2.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes em Termo de Referência, Edital e demais atos para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.2.2.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações contidas em Termo de Referência, Edital e Contrato.

6.2.2.6. Comunicar ao Contratado, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo predeterminado pelo Contratante. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Prestador, por meio dos fiscais do Termo de Contrato designados neste Termo de Referência.

6.2.2.7. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e na forma estabelecidos em Termo de Referência, Edital e Contrato.

## **6.3. Infrações e Sanções**

**6.3.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:**

**6.3.2. der causa à inexecução parcial do contrato;**

**6.3.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

**6.3.4. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;**

**6.3.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**

**6.3.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;**

**6.3.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;**

**6.3.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**

**6.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**



**6.3.10. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

6.3.11. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita o PRESTADOR às seguintes sanções administrativas:

6.3.11.1. advertência

6.3.11.2. multa;

6.3.11.3. suspensão temporária de participação em licitação;

6.3.11.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

6.3.11.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);

6.3.11.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

6.3.12. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

6.3.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.3.15. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

6.3.16. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.17. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

6.3.18. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

6.3.19. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.21. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

6.3.22. Na aplicação das sanções serão considerados (a) rt. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

6.3.23. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

6.3.24. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.25. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

6.3.26. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**6.4. Severidade**

6.4.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;





M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e  
M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total a receber pelo serviço executado.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência do CONTRATADO, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS  ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas estabelecidas em Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<b><u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u></b>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do serviço de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação pactuada.						1ª vez
8	Abandonar a execução do Contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o Contrato.						1ª vez



10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

6.4.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

6.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

6.4.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

6.4.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor a receber pelo Contratado, fica facultado ao Município de Marialva — PR rescindir unilateralmente o Contrato.

#### **6.5. Moratória**

6.5.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

6.5.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

6.5.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

6.5.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

6.5.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

**6.5.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.**

6.5.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**



- 7.1. A execução dos serviços será em conformidade com a demanda apresentada junto a Secretaria Municipal de Esportes E Lazer.
- 7.2. A prestação dos serviços deverá ser efetuada nos horários, datas e locais estabelecidos pela Unidade Requisitante.
- 7.3. Os locais para a devida execução dos serviços estão circunscritos nos limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, inclusas suas regiões e demais comunidades.
- 7.4. Os custos com deslocamentos e alimentação dos profissionais envolvidos na execução dos serviços estarão sob a responsabilidade da Contratada.
- 7.5. Os materiais, em suas integras, e demais insumos necessários para a prestação dos serviços são de responsabilidade da Contratada.
- 7.6. Em conformidade a Lei nº 14.133/2021, os serviços terão recebimento provisório.
- 7.6.1. O recebimento provisório possui por finalidade a devida aferição do serviço executado pela Contratada.

## 8. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Ronaldo Parpinelli	Secretário Municipal de Esportes e Lazer	9963
Tairone Cardoso da Cruz	Chefe da Divisão de Modalidades Esportivas e Competições	10000

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 9.2. São indicados para a fiscalização:

- 9.2.1. – Gestor de Contrato:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Atendente de Operacoes e Informacoes	3160

- 9.2.2. – Fiscais de Contrato

Titular:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Ronaldo Parpinelli	Secretário Municipal de Esportes e Lazer	9963

Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Tairone Cardoso	Chefe da Divisão de Modalidades Esportivas e Competições	10000
Denise Regina Dall Pizzol	Professora de Educação Física	3135

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 10.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, nos termos Alínea A, do Inciso I, do Artigo nº 140, da Lei 14.133/2021 no ato do recebimento do serviço, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



10.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequado imediatamente, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O serviço será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado imediatamente, a partir da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

#### 10.6. **Liquidação**

10.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

10.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.6.2.1. o prazo de validade;
- 10.6.2.2. a data da emissão;
- 10.6.2.3. os dados do Contrato e do órgão contratante;
- 10.6.2.4. o período respectivo de execução do serviço;
- 10.6.2.5. o valor a pagar; e
- 10.6.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

10.6.4. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

**10.6.4.1. O Prestador deverá, caso se aplique, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

10.6.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

10.6.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, o Prestador deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do Contrato.

10.6.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta o PRESTADOR de suas obrigações e responsabilidades.

10.6.8. O pagamento será efetivado em até 30 (Trinta) dias após a liquidação da despesa por meio de crédito na conta corrente do fornecedor, informada em sua proposta comercial, na fase de habilitação do procedimento licitatório.

10.6.9. É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

10.6.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das





seguintes fórmulas:

10.6.10.1.  $I = (TX / 100) / 365$

10.6.10.2.  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

10.6.10.3.  $I$  = Índice de atualização financeira;

10.6.10.4.  $TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;

10.6.10.5.  $EM$  = Encargos moratórios;

10.6.10.6.  $N$  = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivopagamento;

10.6.10.7.  $VP$  = Valor da parcela em atraso.

**10.7. Forma de pagamento**

10.7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7.5. O Prestador regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO LOTE, obedecendo os valores máximos unitários.

11.2. Ampara-se a opção pelo Lote, visto que por determinados momentos os campeonatos, promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ocorrerão de forma simultânea, acumulando distintas modalidades, onde a referida opção proporcionará as devidas operacionalização, gestão e fiscalização do conteúdo a ser executado pelo prestador, dessa forma busca-se dirimir a discrepância na execução dos serviços; nota-se ainda que a conduta adotada poderá incidir em redução de custos para a contratação, face a economia em escala.

**11.3. Exigências de habilitação**

11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

**11.3.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

11.3.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.3.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados das alterações em suas integrais ou da consolidação respectiva.

**11.3.1.2. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

11.3.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**11.3.1.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**



- 11.3.1.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ;
- 11.3.1.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- 11.3.1.3.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 11.3.1.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.3.1.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- 11.3.1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.
- 11.3.1.3.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar na íntegra a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 11.3.1.3.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 11.3.1.3.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda na íntegra as demais exigências do Edital.
- 11.3.1.3.10. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 11.3.1.3.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.
- 11.3.1.3.12. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.
- 11.3.1.4. Documentos relativos à **habilitação técnica**:
- 11.3.1.4.1. A Proponente deverá Prova de inscrição vigente de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
- 11.3.1.4.2. A Proponente deverá apresentar Declaração de Responsabilidade Técnica indicando o responsável técnico pela execução do serviço, responsável técnico este que não poderá ser substituído no decorrer da vigência sem a expressa autorização da Contratante.
- 11.3.1.4.3. A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade do responsável técnico indicado pela execução do serviço junto ao Conselho Regional de Educação Física (CREF).



11.3.1.4.4. A Proponente deverá apresentar comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico indicado com a empresa licitante dar-se-á por meio de: a) Cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou b) Cópia do Contrato Social da Proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou c) Cópia de Contrato de prestação de serviços entre a Proponente e responsável técnico; ou d) Declaração de Contratação Futura do Profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.3.1.5. **Documentação complementar:**

11.3.1.5.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

11.3.1.5.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

**12. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO**

12.1. O valor máximo para a presente contratação é da ordem de R\$ 821.548,00 (Oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais), em conformidade ao Demonstrativo de Formulação de Preços, com precificação apurada através da discrepância de 20% sobre o menor valor obtido, anexo ao Processo Administrativo nº 2249/2026.

12.2. Os orçamentos foram apurados com prestadores, e Plataforma Banco de Preços através da Plataforma Banco de Preços, em conformidade ao conteúdo aditado ao referido processo administrativo.

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. A contratação será atendida pela dotação orçamentária anexa ao Processo Administrativo nº 2249/2026.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que, os procedimentos licitatórios e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a supracitada lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser, cuidadosamente, observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do referido planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O município de Marialva – PR, com o intuito de incentivar a prática esportiva, promove, através da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer, uma série de competições, ofertadas aos seus munícipes.

Para manter o caráter competitivo, porém no mais restrito âmbito esportivo, a referida unidade administrativa busca implementar nos eventos um arbitramento com elevado nível de excelência e imparcialidade nos julgamentos, dessa forma evidenciado é imprescindível a contratação de prestador, o qual assegure correto cumprimento dos elementos já pautados acima.

Assim como demonstrado a pouco, a pretendida contratação torna-se fundamental para a devida continuidade dos eventos esportivos organizados pela municipalidade de Marialva – PR.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica no Termo de Referência.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada para a contratação pretendida fora parametrizada para prover a demanda junto a Unidade Requisitante – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – a partir do número de campeonatos realizados em anos anteriores pela Administração Municipal.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a presente contratação, aferiu-se uma elevada gama de prestadores constituídos na região do município de Marialva – PR, com capacidade técnica para atender de formas segura e eficaz a demanda apresentada pelo Município de Marialva – PR.

### 6. GESTÃO DE MATRIZ DE RISCO

A gestão de matriz de risco encontra-se minuciosamente detalhada junto ao Termo de Referência.

### 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo máximo total da contratação é de R\$ 821.548,00 (Oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e quarenta e reais), conforme custo apostado em conteúdo anexo ao Processo Administrativo nº 2249/2026. Nota-se que, a precificação para a presente contratação encontra-se balizada, a partir da discrepância de 20% do menor valor apurado, conforme Demonstrativo de Formulação de Preços anexo ao referido processo administrativo.





As cotações foram efetuadas com prestadores, Portal Nacional de Contratações Públicas e Plataforma Banco de Preços.

**8. JUSTIFICATIVA PARA A APLICABILIDADE DA OPÇÃO PELO LOTE PARA O PRESENTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Ampara-se a opção pelo Lote, uma vez que por determinados momentos os campeonatos, promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ocorrerão de forma simultânea, acumulando distintas modalidades, onde a referida opção proporcionará as devidas operacionalização, gestão e fiscalização do conteúdo a ser executado, dessa forma busca-se dirimir a discrepância na execução dos serviços pretendidos; nota-se ainda que a conduta adotada poderá incidir em redução de custos para a contratação, face a economia em escala, a partir da aferição de preços ofertados por único prestador.

**9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A pretendida contratação possui por objetivo prover a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do serviço de arbitragem.

**10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação requerida pretende-se prover a legislação vigente apregoada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pertinente sobretudo à saúde do trabalhador.

**11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não aplicável.

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Os serviços pretendidos não possuem contratações correlatas e/ou interdependentes.

**13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais.

**14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a requerida contratação é enfática para o devido cumprimento às ações pertinentes a legislação em vigor.

**15. ANÁLISE DE RISCO**

Os riscos que poderiam afetar este procedimento de contratação estão mitigados nos instrumentos do Termo de Referência e futuro Edital de Licitação.



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C4C4-C528-1B19-48CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RONALDO PARPINELLI (CPF 714.XXX.XXX-59) em 30/04/2026 13:06:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/C4C4-C528-1B19-48CA>